

RE-SIGNIFICANDO O PAPEL DO ESPECIALISTA NO PROCESSO EDUCATIVO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Carlos Alexsandro Borges¹
José Aparecido de Oliveira²
Valéria Silva Magalhães de Matos³

Resumo

O presente estudo tem como objetivo contribuir com o princípio da gestão democrática, que é garantido pela legislação em níveis federais, estaduais e municipais. Isso é notável na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e nos planos educacionais, sendo também incorporado e confirmado nas leis federais de diversos estados e municípios do Brasil. Ao longo de aproximadamente três décadas, o princípio da gestão democrática tem sido incorporado em leis, diretrizes e documentos relacionados à educação no país. O principal objetivo da comunidade educacional é estabelecer um ambiente de ensino eficaz, no qual se promova coletivamente não apenas o ato de ensinar baseado no conhecimento construído socialmente, mas também o ato de aprender, em concordância com os princípios de constante renovação do saber. Isso cria um espaço de desenvolvimento contínuo para alunos, professores, funcionários e, é claro, os gestores escolares. Refletir sobre suas responsabilidades reais pode contribuir para uma redefinição do papel do especialista no processo educativo da gestão democrática. Outro fator relevante está relacionado à implementação da gestão democrática, que enfrenta várias dificuldades tanto na esfera administrativa quanto na pedagógica. A pesquisa foi conduzida com base em fontes bibliográficas, utilizando autores de referência. A abordagem metodológica foi qualitativa, e a observação foi escolhida como a melhor maneira de atender aos objetivos desta pesquisa. Os resultados da investigação indicaram uma nova perspectiva sobre as práticas do Pedagogo Supervisor no ambiente escolar, com ênfase em intervenções conceituais por meio de ações coletivas.

Palavras-chave: Supervisão Escolar, Gestão Democrática, Profissional de Educação

Introdução

A gestão escolar constitui uma dimensão importantíssima da educação, uma vez que, por meio dela, observa-se a escola e os problemas educacionais globalmente, e se busca abranger, pela visão estratégica e de conjunto, bem como pelas ações interligadas, tal como uma rede, os problemas que, de fato, funcionam de modo interdependente.

¹ Doutorando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS.

² Mestrando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS.

³ Doutorando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS.

Cabe ressaltar que a gestão escolar é uma dimensão, um enfoque de atuação, um meio e não um fim em si mesmo, uma vez que o objetivo final da gestão é a aprendizagem efetiva e significativa dos alunos, de modo que, no cotidiano que vivenciam na escola, desenvolvam as competências que a sociedade demanda, dentre as quais se evidenciam: pensar criativamente; analisar informações e proposições diversas, de forma contextualizada; expressar ideias com clareza, tanto oralmente, como por escrito; empregar a aritmética e a estatística para resolver problemas; ser capaz de tomar decisões fundamentadas e resolver conflitos, dentre muitas outras competências necessárias para a prática de cidadania responsável.

Portanto, o processo de gestão escolar deve estar voltado para garantir que os alunos aprendam sobre o seu mundo e sobre si mesmos em relação a esse mundo, adquiram conhecimentos úteis e aprendam a trabalhar com informações de complexidades gradativas e contraditórias da realidade social, econômica, política e científica, como condição para o exercício da cidadania responsável.

Com esta demanda, o sentido de educação e de escola se torna mais complexo e requer cuidados especiais.

O aluno não aprende apenas na sala de aula, mas na escola como um todo: pela maneira como a mesma é organizada e como funciona; pelas ações globais que promove; pelo modo como as pessoas nela se relacionam e como a escola se relaciona com a comunidade, pela atitude expressa em relação às pessoas, aos problemas educacionais e sociais, pelo modo como nela se trabalha, dentre outros aspectos.

Diante desse desafio, ganha corpo e importância a gestão da escola e a atuação dos profissionais que a promovem.

A maneira como a escola se organiza para atender aos alunos e à comunidade é, muitas vezes, desrespeitosa — uma forma de violência. Ainda que se diga que o interesse pela escola tem diminuído e que a Educação oferecida não vai ao encontro das necessidades e dos desejos dos que a frequentam, boa parte das famílias e dos alunos ainda identifica esse espaço como local de aprendizagem e de possibilidade de melhoria das condições de vida.

A atual sociedade, fortemente influenciada pela economia baseada no conhecimento e pelas tecnologias de informação e comunicação, exhibe uma dinâmica social intensa, relações globalizadas e influências que trazem tanto

oportunidades culturais enriquecedoras para indivíduos e organizações quanto desafios e demandas excepcionais.

Nesse cenário, a educação assume um papel crucial como uma jornada contínua e constante, o que requer que as instituições educacionais se adaptem e melhorem constantemente suas habilidades. A escola enfrenta novos desafios e responsabilidades, sendo incumbida legalmente de formar cidadãos capazes não apenas de enfrentar essas demandas, mas também de superá-las.

Como resultado, para trabalhar no campo da educação e atender a essas exigências, é fundamental compreender a realidade e possuir as competências necessárias para realizar os ajustes e mudanças nos contextos educacionais, de acordo com as necessidades emergentes tanto do ambiente externo quanto do ambiente interno da escola.

Dentro dessa sociedade em evolução, a natureza da educação e os objetivos da escola adquirem dimensões mais amplas, complexas e dinâmicas. Isso, por sua vez, impacta o trabalho daqueles que atuam nesse meio.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 estabelece que a Educação Básica tem como objetivo "desenvolver o educando, garantindo-lhe a formação essencial para exercer a cidadania e proporcionar-lhe meios para avançar no trabalho e em estudos futuros". Embora a existência da lei não seja suficiente para alterar a realidade, ela reflete um esforço coletivo de diversos setores da sociedade brasileira em criar um ponto de referência para impulsionar mudanças na realidade.

Um meio fundamental para legitimar a democracia no sistema é estabelecer regras e mecanismos de interação que possam parecer consensuais, mas que, na realidade, podem perpetuar a dominação ao transmitir a noção de um sistema democrático. Oliveira (1999, p.13) destaca que a escola, como uma instituição da sociedade, desempenha um papel na perpetuação do sistema. A ênfase pedagógica é acompanhada por esforços políticos de democratização, abraçando a diversidade, o respeito às diferenças e a participação coletiva.

Isso demanda que a escola reavalie os critérios para a seleção de conteúdos curriculares, avaliando em que medida suas práticas estão alinhadas com a proposta curricular.

A Gestão Democrática implica em novas formas de organização que incentivem a participação coletiva e tomada de decisões conjuntas. De acordo com Paro (2001, p.69), a participação deve ser uma prioridade para a comunidade

escolar, incluindo diretores, pedagogos, professores, funcionários, alunos, pais e representantes locais. A participação na escola deve ser um processo construído coletivamente, sem pressões formais, legais, autoritárias ou arbitrárias.

Vale lembrar que a trajetória da Supervisão Escolar no Brasil evoluiu a partir da Primeira República, com o papel de Inspeção, e solidificou-se como Supervisão a partir de 1960. A Gestão Democrática, promovida pela Constituição de 1988, reforçou a ideia de que a escola pública pertence ao setor público, estimulando uma abordagem pedagógica coordenada para criar um projeto educacional que conecte os projetos individuais dos educadores a um projeto mais amplo.

A história da Supervisão, inicialmente ligada à inspeção, revela que a escola foi vista como um espaço de controle do conhecimento, e a inspeção era responsável por formalizar o processo educacional. Com o tempo, a Supervisão ganhou importância, especialmente na escola, onde a formação da classe trabalhadora para a produção industrial era necessária.

Após a Primeira Guerra Mundial, o Brasil passou a incorporar influências culturais dos Estados Unidos, resultando em mudanças na educação do país, como a abordagem da Escola Nova. O debate girava em torno da educação tradicional versus a Escola Nova, com a necessidade de o Estado assumir seu papel na educação e priorizar a escola pública e laica.

Segundo Saviani (1999, p.32), a Revolução Industrial desencadeou uma Revolução Educacional, conferindo à escola um papel central no desenvolvimento da educação. A escola emergiu para preparar a classe trabalhadora para a industrialização e a divisão técnica do trabalho.

A capacidade conceitual, que envolve o pensamento abstrato, é necessária para permitir que o diretor lide com a complexidade das dinâmicas humanas, sociais e institucionais envolvidas no trabalho escolar. Essa capacidade é construída a partir de ideias emergentes tanto de leituras teóricas quanto da interpretação de significados, resultando da reflexão estimulada pela prática. Essas ideias compõem o repertório que sustenta a possibilidade de aprimoramento da educação.

De fato, como Imbernón (2000, p. 20) afirma, “as ideias são a fonte da reflexão e conduzirão a novas ações educacionais”. Uma das competências fundamentais do diretor escolar é promover na comunidade escolar a compreensão do papel de todos em relação à educação e à função social da escola, por meio da

adoção de uma filosofia compartilhada e da clareza de uma política educacional, a fim de alcançar unidade e eficácia no trabalho de todos.

O desenvolvimento dessa compreensão passa pelo estudo contínuo dos fundamentos, princípios e diretrizes educacionais, expressos tanto na legislação educacional, que define os objetivos da educação brasileira e orienta sua atuação, quanto na literatura educacional mais recente e relevante (Penin, 2001, p.87).

A educação é um processo estruturado, sistemático e propositado, ao mesmo tempo que é intrincado, dinâmico e evolutivo. Em virtude disso, exige não apenas uma equipe funcional abrangente, mas também a participação da comunidade, dos pais e de diversas organizações para concretizá-la com a qualidade necessária, exigida pela sociedade da informação e do conhecimento.

Sendo um processo social de formação humana, a educação se baseia em fundamentos, princípios e diretrizes que o orientam e proporcionam unidade e coerência às ações educativas conduzidas pelas escolas, no propósito de promover a formação e aprendizado de crianças, jovens e adultos que frequentam essas instituições de ensino.

Conseqüentemente, devido à extensão das redes e sistemas de ensino, torna-se imperativo ter uma legislação nacional, estadual e local capaz de orientar as escolas em sua jurisdição, seguindo princípios uniformes de qualidade.

Num contexto mais amplo, conforme apresentado no Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, "a educação engloba os processos formativos que ocorrem na vida familiar, nas interações humanas, no ambiente de trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade, bem como nas manifestações culturais".

De maneira mais específica, a educação se manifesta por meio de processos formais e estruturados realizados nas escolas, com o propósito de promover "o desenvolvimento pleno do aluno, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Artigo 2º, Lei 9.394/1996).

Sob essa perspectiva, a educação se desdobra em contextos e cenários socioculturais, produtivos, políticos e educacionais. Isso torna essencial que os educadores possuam conhecimento e compreensão desses contextos, além da integração de seus conteúdos nos currículos escolares para assegurar sua qualidade.

Impulsionado pela escola, trata-se de um processo sociopedagógico destinado a fomentar o potencial humano e seu crescimento, por meio da aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para uma cidadania consciente, engajada e plena, incorporando a participação no mercado de trabalho e o aproveitamento dos recursos culturais disponíveis.

A gestão escolar abrange a direção escolar, a supervisão pedagógica, a orientação educacional e a secretaria, que juntas formam a equipe de gestão da escola. De acordo com o princípio da gestão democrática, todos os professores e membros da comunidade escolar também devem participar ativamente do processo de gestão, contribuindo para uma abordagem mais democrática e assegurando a qualidade para todos os alunos.

Em suma, a gestão escolar é uma dimensão crucial da educação, permitindo a observação e a abordagem dos problemas educacionais de maneira global, com uma visão estratégica e ações coordenadas. O aumento da eficácia escolar demanda uma gestão mais competente, e a formação de gestores deve ser considerada fundamental para desenvolver habilidades específicas que abordem a diversidade de desafios que os gestores enfrentam. Isso inclui programas de formação continuada, programas específicos e concentrados em tópicos relevantes.

A gestão escolar é uma estratégia abrangente e direcionada para impulsionar mudanças e desenvolvimento nos processos educacionais, visando aprimorar a formação e aprendizado dos alunos. Ela abarca diversas dimensões que trabalham em conjunto para atingir esses objetivos.

A prática docente deve articular diferentes formas de ensino para promover a emancipação dos alunos. A escola, embora não forme cidadãos por si só, pode preparar e fornecer condições para que os alunos construam sua cidadania, sendo influenciada e influenciando o ambiente ao redor.

Para funcionar eficazmente, a escola precisa de profissionais que compreendam sua especificidade em um contexto mais amplo. Os pedagogos desempenham um papel vital na administração e ensino, conectando processos de aprendizagem e conteúdo em um projeto pedagógico-político coerente.

A gestão democrática na escola, por meio do Conselho Escolar, reflete o exercício da democracia participativa da comunidade escolar, contribuindo para a democratização da sociedade.

No contexto das discussões atuais sobre a Gestão Democrática, paralelamente aos eventos históricos, fica claro que a administração escolar vai além da simples aplicação de métodos e técnicas, frequentemente importados de setores empresariais sem relação com objetivos educacionais. Paro (2004, p.89) argumenta que a administração escolar possui uma especificidade que a diferencia da administração estritamente capitalista. Administrar uma escola exige uma reflexão constante sobre seus objetivos pedagógicos e sobre a maneira de alcançá-los.

A criação e operação de órgãos de apoio, decisão e controle público na administração pública, como mencionado por Navarro (2004, p.18), têm um significado histórico relevante. Na educação, essas estruturas colegiadas são estabelecidas em diferentes níveis de poder, desde o Conselho Nacional até os Conselhos Estaduais, Municipais e Escolares. Essas instâncias são fundamentais para definir políticas educacionais que orientem a prática educativa e os processos de participação.

Dentro da escola, a valorização do Conselho Escolar assume um papel crucial na democratização da educação e do ambiente escolar. Ele se torna um espaço importante para o processo de democratização, reunindo diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e membros da comunidade para discutir, definir e monitorar o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico (a proposta educacional global da escola). Esse projeto deve ser considerado, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que estamos inseridos.

Com a finalidade de estabelecer um ambiente propício para a formação do cidadão, de acordo com as ideias de Navarro (2004, p.21), as escolas contemporâneas reconhecem a importância de contar com instalações adequadas, autonomia na administração, professores qualificados assumindo responsabilidade pelo sucesso e insucesso dos alunos, avaliação sistemática, eliminação de qualquer tipo de segregação, participação ativa dos pais nas atividades escolares e a criação de um ambiente emocional favorável. A autora argumenta que tais características decorrem de políticas bem definidas e orientadas para a melhoria da escola.

Nas primeiras fases do desenvolvimento do Brasil até aproximadamente 1940, a Supervisão era caracterizada como inspeção/fiscalização, focada principalmente em aspectos administrativos, como condições físicas, frequência e disciplina dos alunos, e desempenho dos professores. Nesse contexto, não é

possível abordar a Supervisão Escolar de forma isolada da organização educacional, uma vez que estava intrinsecamente ligada à inspeção escolar. Vários autores, estudiosos e pesquisadores mencionam esse processo histórico quando discutem diversos aspectos da Supervisão Escolar.

Numa segunda fase, a Supervisão passa a ser percebida como orientação imposta aos professores para aprimorar sua eficiência profissional. Posteriormente, na terceira fase, a Supervisão começa a ser vista como treinamento e guia, dependendo das exigências e necessidades locais.

A Supervisão moderna é compreendida tanto como uma orientação para aprimorar o ensino e a aprendizagem, quanto como uma promotora do trabalho coletivo, buscando envolver toda a comunidade escolar. Iniciando o segundo capítulo deste estudo, traçamos a história da primeira fase da Supervisão Escolar, nos seus primórdios, durante o período agroexportador no Brasil (Saviani, 1999, p.28).

Saviani (1999, p.28) destaca que após o golpe de 1964, houve uma mudança política que resultou em reformas educacionais para se ajustar à nova situação. Até então, a categoria "Técnicos em Educação" tinha um sentido amplo, correspondendo ao de Pedagogo Generalista. Essa designação prevaleceu até o final da década de 1960.

Meksenas (2002, p.87) analisa o comprometimento atual da sociedade com a democratização do país e a construção da cidadania. Ele aponta que os anos anteriores ao golpe de Estado de 1964 foram marcados por fóruns sindicais que desempenharam um papel importante na organização das classes trabalhadoras, levando a grandes greves na década de 1970 e ao movimento pela democratização do país. A administração colegiada, embora enraizada na ordem capitalista, foi amplamente empregada em regimes anteriores e depois pelo Estado burguês para centralizar suas ações. No entanto, durante a ditadura, a administração colegiada deu lugar ao poder executivo e à burocracia. Houve certa participação da equipe docente na escola, embora limitada, devido à ausência de um movimento comunitário autônomo. A participação, inclusive dos profissionais da escola, ficou sujeita à permissão do diretor, que, sob a influência da burocracia, se sobrepôs ao conselho escolar.

Segundo Portugal (2001, p.3), o termo "gestão" substituiu o termo "administração", não apenas como uma substituição de palavras, mas como uma

mudança de paradigma. O diretor, antes um administrador que detinha as decisões, agora, como gestor, compartilha a formulação e implementação da Proposta Político-Pedagógica com seus colaboradores no dia a dia. O autor argumenta que a Gestão Educacional é substancialmente diferente da gestão de empresas industriais, comerciais ou de serviços. A diferença fundamental reside na maneira como a força de trabalho é aproveitada, em sua maioria.

Enquanto a empresa se obriga a livrar-se dos empregados que não contribuam para o lucro, numa espécie de instinto de sobrevivência, o Gestor na Escola Pública tem de aproveitar as melhores características de todas as pessoas, sem se livrar de ninguém. É o mesmo que dizer que ele não pode se livrar da missão de inserir todos, com dignidade, no contexto social. (PORTUGAL, 2001, p.3).

A Gestão Democrática na educação é caracterizada pelo compromisso das pessoas que tomam decisões em reconhecer a importância do trabalho coletivo e valorizar o diálogo como uma forma generosa de compreender os outros. Essa abordagem busca superar as estruturas autoritárias que ainda afetam as relações sociais e as práticas educativas. Esse conceito de gestão visa despertar a consciência sobre as consequências psicológicas e sociais do consumo excessivo de elementos promovidos pela mídia.

Através da Gestão Democrática, ou democracia participativa, estabelece-se uma colaboração entre o estado e os municípios. Com a municipalização do ensino, a educação passa a ser vista como uma maneira de enfrentar os problemas sociais e econômicos agravados pelo fortalecimento do capitalismo. A democracia participativa pressupõe que os governos defendam programas, projetos e políticas que vão desde a promoção da reforma agrária até garantir o acesso e a permanência de todas as classes na escola.

O paradigma da democracia participativa propõe a consolidação de Conselhos Escolares deliberativos como ferramentas para construir coletivamente as propostas político-pedagógicas e incentiva a organização dos estudantes em todos os níveis. O documento sugere que algumas funções sejam mantidas centralizadas, como a definição de padrões, aquisição de materiais e equipamentos, e monitoramento do desempenho escolar. Além disso, propõe descentralização e maior autonomia, tornando as instituições educacionais responsáveis pelos resultados alcançados.

Em relação à direção da escola, o documento sugere que todos os segmentos da comunidade escolar participem, através de representantes, do processo de eleição do diretor. Também propõe maior autonomia para a direção da escola, permitindo a alocação de recursos, contratação e demissão de pessoal, elaboração de calendário escolar e horário de funcionamento, entre outros aspectos. No âmbito pedagógico, sugere que os professores tenham mais autonomia para decidir sobre práticas pedagógicas, respeitando os limites estabelecidos pelo currículo nacional, como padrões, avaliações e supervisão.

O envolvimento dos pais e da comunidade também é incentivado, com recomendações como contribuições para a infraestrutura escolar, critérios de seleção da escola e maior participação na gestão escolar. A Gestão da Educação atualmente vai além de abordagens técnicas e mecânicas, sendo agora orientada coletivamente e expressa no projeto político-pedagógico da escola, cumprindo seu papel social e político.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), as escolas têm liberdade para os profissionais da educação colaborarem na elaboração da proposta pedagógica, incluindo currículo e organização escolar. Aos docentes cabe a responsabilidade de garantir a aprendizagem dos alunos, que é vista como a aquisição de competências básicas e essenciais necessárias para a inserção justa e igualitária na sociedade.

O currículo, conforme abordado por Ferreira (2000, p.89), torna-se um elemento chave para incluir conteúdos e práticas voltados para a solidariedade, representatividade social e formação da cidadania. Ele engloba o planejamento de cursos, disciplinas, planos de estudo, conteúdos, atividades de professores e alunos, recursos, métodos de avaliação e o tempo para sua realização. A participação da comunidade escolar em conselhos escolares ou equivalentes é considerada, deixando a definição das normas de gestão democrática para os sistemas de ensino.

A concepção de autonomia na educação, com foco na possibilidade de implementar a gestão participativa, está contemplada no Artigo 17 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96. Esse artigo estabelece que os sistemas de ensino têm a responsabilidade de garantir às unidades escolares públicas de educação básica a concessão progressiva de níveis de autonomia

pedagógica, administrativa e de gestão financeira, desde que estejam em conformidade com as normas gerais do direito financeiro público.

A autonomia passa a ser interpretada segundo Martins (2002) como um:

Paradigma que orienta os movimentos de trabalhadores para a prática de ação direta contra o capital, propondo a superação de antagonismos fundantes das relações sociais de produção: a divisão entre o trabalho intelectual e manual; a cisão entre quem decide e quem executa; a separação entre dirigentes e dirigidos, enfim, indica uma nova distribuição de poder. (MARTINS,2002, p.32).

Nos estudos de Flores (1996, p.119) acerca da autonomia nas escolas, ele destaca dois elementos cruciais a considerar: o conceito de autonomia e as barreiras que podem impedir sua concretização. O autor define autonomia como a capacidade de tomar decisões e agir livremente, tanto em relação aos órgãos centrais quanto à comunidade escolar ampla, incluindo educadores, pais, funcionários e a comunidade local.

Assim, o objetivo do supervisor é conscientizar os educadores, inserindo-os na realidade da escola e sociedade por meio da problematização, analisando as normas legais à luz dessa realidade.

Cada vez mais, supervisores estão desenvolvendo práticas baseadas na visão democrática da escola. Essas práticas enfatizam a escola como um projeto coletivo que exige trabalho conjunto, incluindo os principais facilitadores do projeto pedagógico da escola.

Conclusão

A conclusão alcançada aponta para a importância da atitude profissional e do respeito mútuo na relação entre o Pedagogo e o diretor da escola. Ao priorizarem ações realizadas de maneira coletiva e democrática, ambos abrem espaço para a troca de experiências e sugestões, contribuindo positivamente para uma nova interpretação das dinâmicas de poder. Além disso, concentram-se no objetivo primordial da escola, que deve ser aprimorar a qualidade do ensino.

O contexto atual revela novas perspectivas, destacando a evolução da identidade do pedagogo e sua formação, bem como o compromisso de profissionais que buscam um horizonte educacional renovado. A participação significativa das

peças e a integração do grupo profissional desempenham papéis fundamentais na definição dos métodos de trabalho. A "motivação" emerge como um sentimento capaz de fortalecer e unir indivíduos em prol das ações da comunidade escolar. As particularidades, identificação e estabelecimento de conexões articuladoras podem unificar as diversas práticas que surgem dos novos compromissos sociais e pedagógicos presentes na prática educativa contemporânea.

Atualmente, o foco está novamente na educação pública, com um esforço concentrado em restabelecer a importância da dimensão pedagógica na gestão escolar. Há também uma iniciativa para ampliar espaços e processos democráticos por meio da valorização de debates coletivos, visando a ampla participação de educadores e da comunidade escolar. Elementos cruciais nas discussões são a construção das Diretrizes Curriculares, o Plano Estadual de Educação, o Programa de Avaliação Institucional e a elaboração de livros didáticos. Nas instituições de ensino, destacam-se a elaboração do Projeto Político Pedagógico, a seleção do diretor escolar e o concurso público para o cargo de Pedagogo.

O papel político-pedagógico do diretor e do pedagogo, em consonância com as novas propostas, deve dar prioridade à gestão colegiada por meio de discussões coletivas que transcendem a mera legitimação ou o cumprimento de rituais burocráticos. Isso garante a organização livre dos vários setores da comunidade escolar. Torna-se fundamental resgatar o verdadeiro significado da participação, autonomia e qualidade do ensino público. A qualidade do ensino está intrinsecamente ligada à qualidade do contexto social, assegurando a assimilação crítica do conhecimento por parte daqueles envolvidos na escola pública.

Cabe a esses indivíduos lutar pela construção de uma estrutura em que as relações sejam democráticas e os participantes efetivamente se envolvam, refletindo sobre seu próprio trabalho e influenciando as decisões a serem tomadas.

No contexto escolar, em concreto, as análises feitas durante a pesquisa enfatizam a necessidade de uma análise crítica dos próprios preconceitos por parte do pedagogo, em relação às situações enfrentadas diariamente. Muitas vezes, esses profissionais ainda não percebem que as diferenças culturais e sociais não são mutuamente exclusivas na escola e na sala de aula. Com frequência, essas diferenças se transformam em desigualdades, embora não se apresentem como tais, devido à interpretação de algumas situações como questões culturais, que, no entanto, servem ao propósito da exclusão.

Referências

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da idéia. In: FERREIRA, Naura S. C. (Org.). Supervisão educacional para uma Escola de Qualidade. São Paulo: Cortez, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Publicada no Diário Oficial de 23 de dezembro de 1996. Disponível em <http://www.mec.gov.br/legis/default/shtm>. Acesso em 22.08.2023.

FERREIRA, Antonio Fábriga. Diretor de escola: autonomia e democratização. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Marília. FOLHA DE LONDRINA. Alunos matriculados em escolas de Londrina. Caderno Cidade, p. 21, 11/01/2006.

FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Org.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.

FLORES, D. G. Conselho de escola: possibilidades e limitações. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília. GORNI, Doralice. A. P. Sistema estadual de educação do Paraná: qualidade e avaliação. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília 191

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LÜCK, Heloísa. Planejamento em orientação educacional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARTINS, Ângela Maria. Autonomia da escola: a extensão do tema nas políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2002.

PARO, Vitor Henrique. Escritos sobre educação. São Paulo: Xamã, 2001. _____ Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2004. PIMENTA, Selma

Garrido. O pedagogo na escola pública: uma proposta de atuação a partir da análise crítica da Orientação Educacional. São Paulo: Loyola, 2002.

PENIN, Sônia et. al. Progestão: Como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade? Módulo I. Brasília: Consed. 2001.

SAVIANI, Dermeval.. Sentido da pedagogia e o papel do pedagogo. Revista ANDE, São Paulo, v.5, nº9, 1985

SILVA JÚNIOR, C. A. A escola pública como local de trabalho. São Paulo: Cortez, 1990. _____. Organização do trabalho na escola: a prática existente e a teoria necessária. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 59:, p. 73 – 76, nov. 1986.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político da escola: uma construção coletiva. Campinas, SP: Papirus, 2000.